



A questão das drogas e Sociologia Escolar: uma análise sobre os livros didáticos aprovados no PNLD 2018

The drug issue and school sociology: an analysis of textbooks approved in PNLD 2018

Resumo

Os livros didáticos de Sociologia escolar são recursos favoráveis tanto para a consolidação das Ciências Sociais na Educação Básica quanto para a circulação e democratização de seus conhecimentos científicos. O presente artigo destaca como as obras pedagógicas da área aprovadas pelo PNLD 2018 abordam um fenômeno estruturante da vida social, precisamente, a questão das drogas. De uma perspectiva metodológica, optou-se pela análise interna, quantitativa e descritiva dos livros em questão. Os resultados apontam para uma abordagem do fenômeno das drogas difusa e indireta. Em igual medida, fundamentos teóricos ancorados em autores das Ciências Sociais estão ausentes em porção considerável dos manuais ao tratarem da questão das drogas. Por fim, uma abordagem mais sistematizada, pautada por paradigmas teóricos estáveis e investigações contemporâneas oriundas do crescente campo da Sociologia das drogas impõe-se enquanto objetivo a ser cumprido para o fortalecimento dos materiais didáticos da Sociologia escolar e do próprio subcampo do ensino de Ciências Sociais.

Palavras-chaves: Sociologia das drogas. Livros didáticos. Sociologia escolar. Ensino de Ciências Sociais. PNLD 2018.

Gustavo Gabaldo Grama de Barros Silva
Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).
E-mail: gustavograma97@gmail.com

Abstract

School Sociology textbooks are a favorable resource both for the consolidation of Social Sciences in Basic Education and for the circulation and democratization of their scientific knowledge. This article highlights how the pedagogical works in the area approved by the PNLD 2018 addressed a structuring phenomenon of social life, precisely, the drug issue. From a methodological perspective, we opted for an internal, quantitative and descriptive analysis of the books in question. Thus, it was noted how the phenomenon of drugs is approached in a diffuse and indirect way. To the same extent, theoretical foundations anchored in authors from the Social Sciences are absent in a considerable portion of the manuals when dealing with the drug issue. Finally, a more systematized approach, guided by stable theoretical paradigms and contemporary investigations from the growing field of Sociology of drugs is imposed as an objective to be fulfilled for the strengthening of didactic materials of school Sociology and the field of Teaching Social Sciences.

Keywords: Sociology of drugs. Textbooks. School Sociology. Teaching Social Sciences. PNLD 2018.

Introdução¹

O uso de drogas, substâncias capazes de alterar estados de consciência, é um fato social que transcende barreiras históricas, geográficas e culturais. De acordo com Escotado, em sua “Historia General de las Drogas” (2002), o consumo de produtos psicoativos pela humanidade é especialmente antigo, anterior até mesmo à revolução urbana e agrícola do período neolítico. Ao longo dos séculos, drogas heterogêneas compuseram o cotidiano sócio-religioso de distintas civilizações, abrangendo desde significados profanos até sagrados (ESCOHOTADO, 2002, p. 91), funcionando como mecanismos de desagregação social ou instrumentos de coesão cultural (BERGERON, 2012, p. 20).

¹ Agradeço a CAPES pela concessão da bolsa de doutorado que garantiu as condições para a realização desta pesquisa e ao prof. Paulo Fraga (PPGCSO/UFJF) pela introdução e aportes teórico-metodológicos que me ofereceu ao campo da Sociologia das drogas em disciplina sobre o tema que lecionou na UFJF.

Tal como qualquer outro objeto de interesse social, as drogas são passíveis de múltiplas definições, restrições, modelos de produção, dinâmicas de circulação e formas de consumo, em outras palavras, são determinadas sócio-culturalmente. Uma análise fundada nos paradigmas das Ciências Sociais sobre este fenômeno deve, portanto, ter em vista que o próprio conceito de “droga” e “a diversidade de substâncias que ele compreende em seu perímetro devem ser considerados o produto, por natureza provisório, de lutas simbólicas e científicas, tanto quanto políticas e sociais” (BERGERON, 2012, p. 8).

A perspectiva das Ciências Sociais sobre as drogas permite um redimensionamento da questão para além de abordagens típicas do senso comum, que destaca a correspondência reificada entre entorpecentes, vício e crime, ou puramente médicas, que sublinham os efeitos psicofisiológicos decorrentes do uso destas substâncias. Trata-se, como delimita Bergeron (2012, p. 11), de evidenciar as dinâmicas políticas e sentidos sociais pelos quais determinada sociedade categoriza certos produtos como “drogas” em detrimento de outros, bem como suas formas de consumo, circulação e regulação.

Levando em consideração estes aspectos, o presente trabalho busca compreender as abordagens – teórica e pedagógica – presentes nos livros didáticos de Sociologia escolar aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018 sobre a questão das drogas. Parte-se de dois pressupostos que justificam tal procedimento analítico. Em primeiro lugar que a presença das Ciências Sociais na Educação Básica, pautada pela noção de percepção figuracional do mundo social (BODART, 2021), garante um esforço favorável para reflexões complexificadas acerca de substâncias entorpecentes em suas dimensões sociais, culturais e políticas.

O livro didático é um material valioso para a compreensão dos processos de produção e circulação de conhecimento em determinada formação social, logo, objeto relevante para a investigação sociológica (MEUCCI, 2014, p. 210-211). Assim, ainda que os processos de ensino-aprendizagem não se resumam ao livro didático, este objeto guarda em si orientações curriculares e pedagógicas importantes para os modos de funcionamento das Ciências Sociais na escola.

Além desta seção introdutória, o artigo é composto por quatro partes: uma breve contextualização do processo histórico de institucionalização das Ciências

Sociais na Educação Básica nacional e o papel do livro didático nesta trajetória; algumas delimitações metodológicas; análise das distintas abordagens teórico-pedagógicas dos materiais escolares de Sociologia sobre a questão das drogas; e considerações finais acerca do fenômeno investigado.

As Ciências Sociais e a Educação Básica brasileira: processos históricos de institucionalização e o local do livro didático

A história das Ciências Sociais na Educação Básica brasileira é uma trajetória de intermitência. Desde as primeiras tentativas de introdução da Sociologia no Ensino Secundário engendradas por Rui Barbosa e Benjamin Constant em fins do século XIX, passando por sua obrigatoriedade instituída pela Reforma Francisco Campos em 1931 e uma posterior revogação através da Reforma Capanema de 1942, até o imobilismo à qual foi exposta até os anos de 1980 atestam sua irregular constituição (OLIVEIRA, 2013, p. 179-180).

Contudo, apesar de sua ampla descontinuidade, avanços nas últimas décadas delinearam novas possibilidades de consolidação e legitimação da Sociologia escolar. Iniciados a partir de organizações regionais em fins da década de 1970, tais como a Associação dos Sociólogos do Brasil (ASB), a Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (ASESP) e a Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro (APSERJ), as Ciências Sociais passaram, desde então, a compor os conteúdos obrigatórios dos sistemas educacionais paulistas, cariocas, mineiros, paraenses e catarinenses (JINKINGS, 2017, p. 44-46).

O início do novo século, apesar de contratempos como o veto presidencial à sua obrigatoriedade em 2001, também garantiu caminhos renovados para sua institucionalização. Alguns acontecimentos como o parecer do professor Amaury Cesar Moraes, solicitado pelo Ministério da Educação (MEC), recomendando a inclusão da Sociologia no currículo básico nacional e as crescentes adoções deste conteúdo por parte de distintas redes escolares garantiram as bases para a aprovação da Lei nº 11.684/2008, que institui a obrigatoriedade das Ciências Sociais no ensino médio em todo país (MENDONÇA, 2017, p. 62-65).

Desde então, o ensino de Ciências Sociais vem ampliando suas esferas de consolidação e atuação. Alcançado o patamar de disciplina obrigatória da Educação

Básica, este campo também passou a solidificar-se na esfera acadêmica, comprovado pelo aumento de dissertações, teses, livros e artigos publicados sobre as dinâmicas da Sociologia na escola, tanto em Faculdades de Educação quanto junto a Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais² (HANDFAS; MAÇAIRA, 2012, p. 55-56). Paralelamente, o crescimento de linhas de pesquisa, eventos científicos e espaços de publicação dedicados à questão também contribuíram para seu processo de legitimação (BODART; CIGALES, 2017, p. 274-275).

Por fim, outro elemento fundamental deste processo reside na inclusão da Sociologia no PNL D, pela primeira vez, em 2012. Considerando a centralidade deste objeto para o presente artigo, cabe aqui uma breve análise sobre sua constituição. De acordo com o discurso estatal, o PNL D é o programa mais antigo de distribuição de materiais didáticos do sistema educacional brasileiro, cuja origem remonta à criação do Instituto Nacional do Livro (INL) em 1929 (SOUSA, 2017).

Porém, nominalmente, o PNL D surge no contexto da redemocratização a partir do Decreto nº 91.541 de 1985. Logo, este programa traz em si uma série de reconfigurações no panorama nacional do livro didático, como:

[1] indicação do livro didático pelos professores; [2] reutilização do livro, implicando abolição do livro descartável; [3] extensão da oferta aos estudantes de 1ª e 2ª séries das escolas públicas e comunitárias; [4] fim da participação financeira dos estados, passando a FAE [Fundação de Assistência aos Estudantes] a assumir o controle do processo, o que garantiu, por sua vez, a autonomia na escolha dos livros pelos professores (SOUSA, 2017, p. 185).

A implementação do PNL D durante os anos 1980 não modifica apenas a estrutura da relação entre Estado e mercado editorial no Brasil, mas demarca um novo período de ampliação da ação estatal sobre o campo da Educação Básica. Posteriormente, a substituição da FAE pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em 1997 e a criação do Plano Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLDEM) em 2004, acabam por consolidar a atuação deste plano em torno da avaliação, compra e distribuição sistemática de livros didáticos para todos os níveis educacionais básicos do país (OLIVEIRA; ENGERROFF, 2016, p. 251).

²De acordo com Handfas e Maçaira (2012, p. 56), pesquisas sobre a Sociologia na escola estiveram frequentemente concentradas em Programas de Pós-Graduação em Educação, ao passo que, desde meados dos anos 2000, esta temática vem sendo cada vez mais abordada pelo campo das Ciências Sociais.

Portanto, o PNLD adquire, no início do século XXI, um papel importante nos macroprocessos educacionais do país, levando em conta que os livros didáticos passam a assumir a função de reguladores dos currículos escolares (MEUCCI; BEZERRA, 2014). Pode-se notar, inclusive, que seu processo de expansão – que passa a abranger cada vez mais ciclos educacionais, tipos de materiais didáticos e disciplinas – criou condições sócio-institucionais favoráveis para, em 2012, incluir a Sociologia em sua estrutura. De acordo com Sousa (2017, p. 172),

Além da meritória contribuição para a melhoria dos livros didáticos de sociologia utilizados na educação básica e, por conseguinte, das técnicas de ensino decorrentes, o PNLD representa um campo de inserção definitivo dos praticantes das ciências sociais na escola básica.

Consequentemente, é com base nesta trajetória histórica que os livros didáticos passam a compor parte integrante do Ensino de Ciências Sociais no ensino médio brasileiro. Neste contexto de crescente legitimação, Maçaira (2021, p. 103) verifica uma nova geração de obras de Sociologia, que, a partir de 2010, passa a contar com ampliações em investimentos editoriais, didatizações dos conteúdos, número de recursos visuais, qualidades da diagramação e cujo principal objetivo reside no desenvolvimento da imaginação sociológica entre os estudantes.

No mesmo período, pesquisas sobre estes livros didáticos também cresceram. Bodart (2021, p. 6) aponta que, desde 2014, o número de artigos científicos que se debruçam sobre obras escolares de Ciências Sociais apresentou considerável expansão. Ademais, Engerhoff (2017) notou fenômeno semelhante em teses e dissertações que abordam o mesmo objeto. Portanto, tanto os campos escolares e estatais, quanto editoriais e acadêmicos, indicam recente ampliação de reflexões e produções em torno do livro didático de Sociologia no Brasil.

É a partir deste contexto que o presente artigo busca compreender o lugar das drogas – objeto até então negligenciado por pesquisas deste subcampo³ – nos livros didáticos de Sociologia. A análise combinada destes dois aspectos permite uma compreensão aprofundada das formas pelas quais o consumo de drogas é tratado pela

³Bodart (2021) e Engerhoff (2017), em seus respectivos balanços sobre pesquisas que analisam livros didáticos de Sociologia, não verificaram nenhum recorte investigativo acerca da questão das drogas.

Educação Básica nacional, especificamente por um conteúdo curricular encarregado de desnaturalizar e complexificar o mundo social.

Metodologia

De um ponto de vista metodológico, investiga-se, especificamente, as obras didáticas de Sociologia aprovadas pelo edital do PNLD 2018, por se tratar, no momento da redação da pesquisa, do ciclo mais recente de materiais pedagógicos disciplinares e exclusivos de Ciências Sociais⁴.

Segundo Vieira (2020, p. 168), o documento de seleção das obras foi publicado em 2015 a partir do Edital de Convocação nº 04/2015, que avalia e prescreve as opções de livros didáticos a serem utilizados pelo Ensino Médio ao longo do triênio de 2018, 2019 e 2020. O processo de seleção passa por uma triagem dupla: a primeira de caráter técnico-editorial e a segunda de teor pedagógico, realizada por instituições do Ensino Superior e quadros docentes de universidades e escolas do país (BRASIL, 2015, p. 7).

Após o processo de apuração, cinco obras didáticas de Sociologia atenderam aos critérios estipulados pelo PNLD 2018. O Quadro 1 apresenta alguns detalhes técnicos sobre os manuais em questão.

Quadro 1 – Livros Didáticos de Sociologia Selecionados pelo PNLD 2018

Título	Editora	Edição/Ano	Autores
Sociologia	Editora Scipione	2ª Edição/2016	Benilde Lenzi Motim Maria Aparecida Bridi Sílvia Maria de Araújo
Sociologia em Movimento	Editora Moderna	2ª Edição/2016	Afrânio Silva <i>et al.</i>
Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	Editora do Brasil	2ª Edição/2013	Helena Bomenyet <i>al.</i>
Sociologia Hoje	Editora Ática	2ª Edição/2016	Celso Rocha de Barros Henrique Amorim Igor José Machado
Sociologia para Jovens do Século XXI	Imperial Novo Milênio	4ª Edição/2016	Luiz Fernandes de Oliveira Ricardo Cesar Rocha da Costa

Fonte: Adaptado de Silva (2020, p. 17).

⁴A partir do PNLD 2021, fruto da reforma do Ensino Médio, os livros didáticos dos estudantes passam a ser organizados por áreas do conhecimento, de modo que a Sociologia passa a compartilhar o mesmo manual com a História, Geografia e Filosofia sob a nomenclatura de “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” (BRASIL, 2019).

Logo, busca-se aqui uma análise interna dos livros acima listados, procedimento corrente no subcampo de pesquisas sobre o Ensino de Ciências Sociais, voltado para “dentro” destes materiais e seus conteúdos, discursos, estruturas, didáticas e elementos pré-textuais (BODART, 2021, p. 7). Ao se considerar a questão das drogas, privilegia-se a investigação de um tema até então desconsiderado por pesquisas da área e que aparece esporadicamente em outros campos acadêmicos.

Em adição, mobiliza-se instrumentos quantitativos e descritivos de análise, pautados pela representação pormenorizada de determinados aspectos e relações do mundo social. Na perspectiva de Bowen (2009, p. 32), a análise quantitativa de documentos consiste na contagem de termos pertinentes à investigação e que fornece uma perspectiva ampla do material selecionado.

Além disso, conforme caracterização de Gerring (2012, p. 722), investigações descritivas buscam responder questões orientadas pelo “o que” de um dado fenômeno (por exemplo: quem, quando, de que maneira). Por conseguinte, o método de descrição visa, no presente trabalho, retratar de que maneira determinado fato social é tratado por um conjunto de materiais escolares.

Portanto, os indicadores empíricos selecionados para a análise foram: a reincidência quantitativa de termos correspondentes à questão das drogas nos materiais didáticos delimitados; o tipo de destaque editorial e gráfico dado à temática; as interconexões do objeto com outros temas das Ciências Sociais e disciplinas escolares; autores e conceitos recorrentes; e mecanismos de mediação pedagógica utilizados para o tratamento do conteúdo.

A Questão das Drogas e Sociologia Escolar: uma análise sobre os livros didáticos aprovados no PNL 2018

O edital do PNL 2018 estabelece, como indicado anteriormente, alguns parâmetros de seleção dos livros didáticos de Sociologia para o ensino médio. De maneira geral, o documento prevê a abordagem de temas consolidados das três áreas constituintes das Ciências Sociais, sobretudo aqueles relacionados à representação do mundo simbólico, dominação política e formas de sociabilidade (BRASIL, 2015, p. 43). Os eixos da Antropologia, Ciência Política e Sociologia fundam-se, por conseguinte, a partir destes conceitos norteadores.

Em relação aos usos de entorpecentes, seja sobre seus efeitos fisiológicos ou componentes químicos, seja em referência à suas dimensões históricas ou sociais, o edital não realiza menções. Logo, em todo arquivo, o termo “droga(s)”⁵ não foi contabilizado. Dessa forma, verifica-se um campo normativo desfavorável para o tratamento deste objeto não apenas pelos manuais didáticos de Sociologia, mas por todos os livros das demais disciplinas abarcadas pelo documento.

Ainda, apesar das drogas não comporem um dos conteúdos obrigatórios destes materiais pedagógicos, todos os livros de Sociologia tratam do tema, ainda que em níveis e de formas heterogêneas. Algumas das publicações dedicam subseções inteiras à questão, ao passo que outras a referenciam pontualmente em alguns exercícios e quadros informativos. Entretanto, as dinâmicas político-culturais de produção, distribuição e consumo de entorpecentes não são totalmente ignoradas pelas obras didáticas de Ciências Sociais da Educação Básica.

Tabela 1 –Recorrências Quantitativas de Termos Relativos à Questão das Drogas nos Livros Didáticos de Sociologia Selecionados pelo PNLD 2018⁶.

Nº de Recorrências dos Termos Considerados							
Livro	Editora	Droga(s)	Entorpecente(s)	Substância(s) Lícita(s) e Ilícita(s)	Álcool	Cigarro(s) e Tabaco	Total
Sociologia	Editora Scipione	6	0	0	0	0	6
Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	Editora do Brasil	10	0	0	5	2	17
Sociologia Hoje	Editora Ática	9	0	0	6	3	18
Sociologia em Movimento	Editora Moderna	16	1	0	2	2	21
Sociologia para Jovens do Século XXI	Imperial Novo Milênio	49	0	0	8	8	65
Total		90	1	0	21	15	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com o intuito de subsidiar o exame, foram selecionados termos que exprimem, de maneira mais ou menos genérica, elementos fundamentais da questão das drogas. Evidentemente, trata-se de uma escolha subjetiva, comum a qualquer procedimento metodológico das Ciências Sociais, que privilegia certos aspectos da realidade social

⁵Palavras correlatas como “entorpecente(s)”, “substância(s) lícita(s) e ilícita(s)”, “álcool”, “cigarro” e “tabaco” também não foram constatadas neste edital.

⁶As flexões de número de uma mesma palavra foram enquadradas na mesma categoria.

em detrimento de outros (WEBER, 2016, p. 233). Logo, partiu-se do pressuposto de que vocábulos como “drogas”, “entorpecentes” e “substâncias ilícitas” subsumem nomenclaturas específicas de produtos geralmente ilegais. Por outro lado, o uso de termos particulares de entorpecentes frequentemente legalizados, como “álcool” e “cigarro/tabaco”, justifica-se assente na tendência de que estas mercadorias não são, em geral, enquadradas na macrocategoria “droga”.

Portanto, busca-se aqui envolver ambos componentes antinômicos da “grande divisão” do mundo das drogas, fenômeno social que separa em campos distintos substâncias ilícitas e lícitas (BERGERON, 2012, p. 24). Interessa ao presente estudo o tratamento conferido a estas duas categorias de produtos psicoativos nos livros didáticos de Sociologia, para além de seus enquadramentos legais e da clivagem entre entorpecentes socializados e estigmatizados.

Assim, estabelecidos os pressupostos conceituais, nota-se que a obra “Sociologia para jovens do século XXI” (2016) é a que apresenta maior quantidade de referências aos termos estabelecidos. Em segundo lugar encontra-se o livro “Sociologia em Movimento” (2016), com 21 alusões à questão das drogas; “Sociologia Hoje” (2016) ocupa a terceira posição, com 18 menções; ao passo que “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia” (2013) contém 17 citações. Por fim, “Sociologia” (2016) encerra apenas oito referências aos vocábulos definidos.

Paralelamente, o termo “droga(s)” é hegemônico no interior dos livros didáticos e consiste na palavra mais utilizada em cada uma das obras analisadas. Em seguida, “álcool” é o segundo vocábulo com o maior número de menções, ao passo que referências ao cigarro e tabaco ocupam a terceira posição na listagem. O termo “entorpecente(s)” apresenta uma manifestação, enquanto a categoria “substância(s) lícita(s) e ilícita(s)” não foi constatada nestas publicações.

Por conseguinte, a questão das drogas consta, em maior ou menor grau, em todos os livros didáticos de Ciências Sociais, ainda que não se trate de uma temática obrigatória estipulada pelo edital do PNLN 2018. Esses dados constituem um indício de que, ainda que não ocupe uma posição central, o fenômeno cultural do uso de substâncias psicoativas adquire certa importância para a construção da imaginação sociológica entre estudantes do Ensino Médio. Cabe, agora, verificar os

direcionamentos teóricos e sentidos pedagógicos empregados pelas obras no tratamento do objeto.

Partindo da obra com a maior representatividade quantitativa sobre o tema, “Sociologia para Jovens do Século XXI” de Oliveira e Costa (2016), avulta-se o fato de que se trata do único livro com um subcapítulo dedicado à questão das drogas. A subseção “Drogas: brancos que produzem, brancos que consomem...negros que consomem e morrem” integra o capítulo 19, que aborda, em geral, de violências e desigualdades sociais.

Logo, parte significativa das reflexões a respeito das drogas centra-se em torno das relações entre tráfico e violência. O percurso didático inicia-se pela apresentação de concepções advindas do senso comum, como, por exemplo, a pressuposição reificada de que moradores de zonas periféricas estão envolvidos com a venda de drogas, de modo que

[...] comunidades pobres e negras – a grande maioria daqueles que residem nas favelas – devam ser criminalizadas, pois é ali que se encontram todos os males da violência, que envolvem também o comércio varejista de drogas (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 280).

Posteriormente, são introduzidas algumas teses que redimensionam o fenômeno a partir de uma perspectiva sociológica, com destaque especial para as estruturas sócio-políticas que regulam o mercado mundial de substâncias ilícitas. Por um lado, os autores sublinham o tráfico de drogas como produto de organizações criminosas transnacionais, que possuem ramificações no mercado financeiro e dispõem de complexa estrutura administrativa. Neste ponto, “Sociologia para Jovens do Século XXI” busca evidenciar três aspectos do narcotráfico: seu poder econômico-militar, a influência que exerce no interior dos Estados através de processos de corrupção e que os habitantes do morro que participam do processo o fazem “como mão de obra barata entre os grandes traficantes e os consumidores do asfalto” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 293).

Por outro lado, o livro destaca a correlação sistêmica entre encarceramento, varejo de drogas e raça, sobretudo no contexto norte-americano. Assim, são elencados alguns dados quantitativos que detalham a alta representatividade de jovens pobres e negros entre populações carcerárias: nos Estados Unidos “os negros representam 13% dos consumidores de droga e, no entanto, 33% das pessoas detidas e 75% das

“pessoas encarceradas por infração à legislação sobre drogas são negras” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 296). As informações estatísticas relativas ao Brasil circunscrevem-se às taxas de homicídio entre a mesma categoria social, contudo, sem intersecções com a questão do tráfico de substâncias ilícitas.

Neste material didático, a principal referência teórica acionada para uma interpretação do fenômeno das drogas, frequentemente correlacionado com a violência, é Loïc Wacquant. Seu conceito de capitalismo de pilhagem, por exemplo, é utilizado para desvelar o tráfico internacional de drogas como negócio capitalista desregularizado, cujo emprego de mão-de-obra barata, sobretudo negra, jovem e pobre, causa desdobramentos catastróficos para as populações dos grandes centros urbanos. A noção de Wacquant acerca do Estado penitência neoliberal que, em detrimento de políticas sociais, educacionais, habitacionais e médicas, amplia investimentos nos aparatos de repressão militar, também é acionada para delimitar uma das bases governamentais do processo.

Para além deste subcapítulo, a questão das drogas é abordada em uma seção interdisciplinar com a Química. Neste quadro, que ocupa uma página completa, são apresentadas algumas definições e classificações das drogas, tanto a partir do conceito de alcalóides quanto através das categorias de produtos depressores, psicodislépticos e estimulantes. Aqui, tanto substâncias como morfina, álcool e cafeína quanto ópio, maconha e cocaína são incluídas sob a mesma nomenclatura geral de “droga”, que, apesar dos efeitos e origens distintas, são produtos que “causam alguma ação sobre o sistema nervoso central, provocando dependência” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 300). Destaca-se a mobilização de saberes químicos para circunscrever características comuns às drogas que, apesar disso, são seccionadas socialmente em categorias diferenciadas.

Em adição, menções breves à temática são realizadas esporadicamente ao longo do material. As drogas são referenciadas enquanto parte integrante dos movimentos contraculturais da década de 1960; o texto elenca como uma das variáveis da expansão do neopentecostalismo no Brasil as redes de apoio que estas instituições oferecem aos usuários de drogas; sublinha o consumo de bebidas alcoólicas como fenômeno cultural, interpretado em chave negativa e fruto de ampla regulação em sociedades islâmicas e tratado permissivamente pelas civilizações

ocidentais; e enquadra o tabagismo como fato social que, apesar de engendrar malefícios à saúde, é coercitivamente imposto por grandes companhias multinacionais.

Além disso, apenas um exercício trata deste objeto, correlacionado com uma charge sobre repressão policial. Igualmente, na seção “Pesquisando e refletindo”, que indica materiais midiáticos complementares ao livro escolar, dois filmes são elencados como instrumentos frutíferos para se refletir sobre a questão das drogas e da violência: “Notícias de uma guerra particular”, documentário dirigido por João Moreira Salles e Kátia Lund; e “Tropa de elite 2”, realizado por José Padilha.

De modo geral, o livro didático “Sociologia para Jovens do Século XXI” é a obra selecionada pelo PNLD 2018 com maior reincidência de discussões e fundamentos teórico-metodológicos acerca da questão das drogas. Estas reflexões circunscrevem-se às correlações entre tráfico de drogas e violência, de forma que conceitos como raça, juventude, repressão policial, corrupção, capitalismo e Estado neoliberal intersseccionam-se para fundamentar uma análise sociológica sobre o fenômeno.

As concepções do senso comum, que tendem a tratar o envolvimento de jovens no varejo de drogas como fruto de uma escolha livre, cuja solução residiria em mais repressão militar, são contrapostas aos paradigmas interpretativos das Ciências Sociais. Em última instância, “para se combater esta realidade cada vez mais dramática, que alguns autores chamam de barbárie, a Sociologia deve dar uma contribuição fundamental, com seus instrumentos de análise e suas teorias” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 299). Neste caso, a função da Sociologia escolar ao discutir o fenômeno das drogas, imbricado constantemente com a violência, consistiria em descortinar as estruturas que regulam o tráfico e suas correlações com processos macrossociais como o capitalismo, as instituições estatais e o racismo.

A obra “Sociologia em Movimento”, por outro lado, focaliza suas reflexões sobre drogas em uma divisão específica, denominada “Considerações Sociológicas”, que busca oferecer ao estudante múltiplas perspectivas analíticas acerca de temáticas próprias das Ciências Sociais. Incluída no capítulo sobre movimentos sociais e ocupando uma página completa, o quadro intitulado “Os movimentos de legalização das drogas: o caso da maconha” apresenta um panorama geral sobre os processos sócio-políticos de regulação da produção, venda e consumo da cannabis.

Portanto, o livro didático enquadra os grupos ativistas pró-legalização da maconha como movimento social contemporâneo, que, através de críticas aos modos de funcionamento das políticas militares de combate às drogas – cujos instrumentos de punição focalizam as camadas negras e pauperizadas da sociedade – apontam novos caminhos para o enfrentamento da questão. Igualmente, destaca-se tanto que óbitos relacionados ao uso de drogas no Brasil concentram-se em drogas lícitas, como álcool e tabaco; quanto os benefícios oferecidos pela cannabis no tratamento de câncer, glaucoma, esclerose e epilepsia (SILVA *et al.*, 2016, p. 206).

O processo histórico de constituição da Marcha da Maconha, no caso norte-americano e brasileiro, também é brevemente explorado, assim como uma revisão sobre o estado jurídico da cannabis no Brasil, dando ênfase para a revogação de penas de prisão para usuários e a reclassificação do canabidiol para usos medicinais. Logo, este livro didático circunscreve parte significativa de suas discussões no campo dos movimentos sociais pró-legalização, conferindo destaque aos processos de transformação da vida social a partir de organizações da sociedade civil.

As associações favoráveis à descriminalização são evidenciadas como organizações sociais que reivindicam novas formas de regulação estatal sobre entorpecentes, com o intuito de garantir bases mais sólidas para a cidadania e a democracia. De modo geral, estes grupos são acionados como exemplos empíricos das transformações pelas quais os próprios movimentos sociais passaram nas últimas décadas, na medida em que são atravessados por novas pautas, agentes e interesses. Diferentemente do abolicionismo e sindicalismo, centrados em torno de categorias clássicas como trabalho e classe, as comunidades anti-proibicionistas passam a pleitear horizontes e direitos até então inexplorados pelos movimentos sociais tradicionais.

Para além desta seção, a temática é abordada pontualmente em outros trechos do livro, em alguns momentos para destacar que a ausência de fiscalização trabalhista em jazidas de minérios engendra condições favoráveis para o tráfico de drogas nestes espaços, em outros para caracterizar o uso de drogas como um dos elementos típicos das juventudes contraculturais da década de 1960. Ainda, em uma das seções responsáveis por indicar materiais pedagógicos complementares, o filme

“Bicho de Sete Cabeças”, dirigido por Laís Bodanzky, é sugerido como veículo valioso de discussão acerca das relações entre drogas e controle social.

Assim, apesar de dedicar uma breve seção ao tema, “Sociologia em Movimento” (SILVA *et al.*, 2016) reflete sobre a questão das drogas desvinculada de autores ou paradigmas teóricos específicos, com exceção de uma alusão passageira aos estudos sobre tráfico de drogas de Alba Zaluar, de modo que a obra centra-se mais em dados estatísticos gerais e normas jurídicas regulatórias. Na verdade, em grande parte do livro, as discussões acerca deste objeto subsumem-se ao conceito de movimentos sociais. Talvez, por se constituir enquanto temática clássica e historicamente consolidada no interior das Ciências Sociais (GOHN, 2007, p. 23), que esta categoria abarque as reflexões sociológicas, antropológicas e políticas sobre os usos sociais de substâncias psicoativas.

No livro “Sociologia Hoje” (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016), diferentemente das obras até então analisadas, a temática das drogas não é discutida em uma seção destacada, na verdade, as breves menções ao objeto encontram-se pulverizadas ao longo dos capítulos. Por conseguinte, as discussões são utilizadas mais a título de exemplo e espriam-se por direções variadas: o tráfico de drogas como rede globalizada de crimes, descriminalização das drogas como tema de conflito social e debates sobre limitações de propagandas para bebidas alcoólicas (cuja função da Sociologia escolar, neste último caso, residiria na capacidade de identificar interesses políticos e movimentos retóricos das partes em discussão). Em todas estas ocasiões, nenhuma base conceitual ancorada nas Ciências Sociais é explicitamente referenciada.

Por outro lado, parte considerável das menções à temática encerra-se nas sugestões artísticas oferecidas pelo livro como fontes didáticas complementares. Filmes como “Maria Cheia de Graça” e “Obrigado por Fumar”, bem como “Cidade de Deus”, são sugeridos enquanto meios favoráveis para discussões sobre as drogas e seus intercruzamentos com a vida social contemporânea, especialmente, a violência presente no tráfico e lobbies da indústria internacional de tabaco.

Neste livro didático, as drogas aparecem de forma essencialmente ilustrativa, cujas alusões passageiras apenas exemplificam desdobramentos específicos de fenômenos sociais mais amplos, sobretudo, o crime organizado e disputas políticas.

Por conseguinte, “Sociologia Hoje” (2016) não apresenta uma análise aprofundada ou conceitualmente embasada sobre os mecanismos de produção, circulação e consumo de entorpecentes em sociedades tradicionais ou modernas.

A obra “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia” (BOMENY *et al.*, 2013) também aborda a questão das drogas ocasionalmente e, tal como o material de Machado, Amorim e Barros (2016), não dedica nenhuma seção exclusiva ao fenômeno. Em alguns momentos, os autores referenciam os processos de legalização das drogas como um exemplo de tensão social da contemporaneidade, ao lado de demandas como aborto e arranjos familiares não-tradicionais. Em outros, citam o uso de drogas por lavradores precarizados do campo como instrumento de suporte às longas jornadas de trabalho que enfrentam; ou apresentam o consumo de substâncias entorpecentes como símbolo de distinção cultural de tribos urbanas.

A questão das drogas é também analisada em relação ao fenômeno da violência, precisamente, no interior do vigésimo capítulo, intitulado “Violência, crime e justiça no Brasil”. Ainda que não disponha de um subcapítulo dedicado ao tema, o livro ora estabelece correspondências entre tráfico de substâncias ilícitas e morte precoce violenta, a partir dos filmes “Cidade de Deus” e “Falcão - Meninos do Tráfico”; ora, partindo de Alba Zaluar, interpreta o crescimento do narcotráfico no Rio de Janeiro como condição social para o avanço da violência na região.

Ademais, com o intuito de exemplificar o conceito de “sociabilidade violenta” de Luiz Antônio Machado da Silva, os autores elaboram a seguinte situação hipotética:

Dois criminosos jovens acabam de assaltar um caixa eletrônico. Os dois estão sob efeito de drogas e um deles está armado com uma pistola automática. Eles não têm exatamente um plano – a única coisa que sabem é que precisam escapar da polícia. O sinal de trânsito fecha e eles caminham na direção de um carro qualquer – não têm interesse no carro como tal, apenas precisam de um veículo para a fuga. Na lógica da sociabilidade violenta, sempre extremamente imprevisível, há vários desfechos possíveis para essa história (BOMENY *et al.*, 2013, p. 322).

Logo em seguida, algumas suposições são elencadas como possíveis desdobramentos para a história, todos marcados por relações de força – roubo, assassinato ou conflito armado – que funcionariam como princípios estruturantes da sociabilidade violenta contemporânea. Sutilmente, o consumo de drogas aparece como variável constituinte do cenário, de forma que os efeitos psicoativos destas substâncias parecem compor parte da motivação dos agentes criminosos imaginados.

Destaca-se a abordagem reificada sobre a correlação entre uso de drogas e ação violenta, especialmente no interior de um material elaborado com o intuito de desnaturalizar perspectivas oriundas do senso comum acerca dos fenômenos da vida social. Neste ponto, nota-se a reprodução destas mesmas visões de mundo por parte do manual didático.

Ora, a imagem do usuário de drogas violento, incapaz de controlar suas pulsões, sejam estas morais ou sexuais, corresponde a uma elaboração reiterada da política proibicionista norte-americana desde meados da década de 1960 (BECKER, 2008). Seu corolário lógico é, segundo Becker (2008, p. 82), a “ideia de que o usuário se torna um escravo da droga, de que se rende voluntariamente a um hábito para o qual não há saída”. Desconsidera-se, neste caso, quaisquer modelos de aprendizagem e administração no uso de drogas por parte dos atores – o controle dos seus efeitos fisiológicos e espaços de consumo, como o próprio Becker notara empiricamente – bem como usos não-problemáticos de substâncias entorpecentes (CRUZ; MACHADO, 2010), que não encetam, necessariamente, comportamentos violentos.

Portanto, “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia” (2013) reflete sobre as drogas de maneira pontual, em parte significativa das vezes subsumida à questão da violência, com destaque para as relações, aparentemente indissociáveis, entre tráfico/consumo de entorpecentes e práticas violentas. Além disso, em parcela considerável destas discussões, nenhum teórico é explicitamente mobilizado, de modo que Alba Zaluar e Luiz Antônio Machado da Silva são os únicos autores referenciados, de maneira apenas ilustrativa e não articulados conceitualmente para tratarem da temática.

Por fim, “Sociologia” (MOTIM; BRIDI; ARAÚJO, 2016) apresenta, entre todos os livros de Ciências Sociais aprovados pelo PNLD 2018, a menor quantidade de referências à questão das drogas. Nesta obra, tal qual nas duas anteriormente discutidas, a temática ausenta-se de seções exclusivas e é abordada de maneira dispersa. Desse modo, grupos de apoio a usuários de drogas são citados como exemplos de movimentos sociais contemporâneos, “viciados em drogas” constituem um dos vários grupos discriminados socialmente, o uso de entorpecentes e o aliciamento pelo tráfico de drogas são delineados como alguns dos problemas principais enfrentados pelas juventudes contemporâneas.

Assim, justamente por não configurar-se enquanto tema de reflexão aprofundada, as drogas aparecem, novamente, subsumidas a outros conceitos e fenômenos, neste caso, movimentos sociais, exclusão social e juventudes. Igualmente, apenas um exercício do livro trata do tema, em uma questão que correlaciona contrabando de drogas e ampliação da violência coletiva como desafio enfrentado por Estados Nacionais modernos.

Para além disso, nas breves menções constatadas, apenas dois autores são referenciados, especificamente, Maria da Glória Gohn e Gilberto Dupas. Contudo, suas categorias analíticas não são mobilizadas pelo livro didático para uma compreensão detalhada do fenômeno e compõe somente uma alusão teórica ilustrativa, de maneira a indicar que estes sociólogos trataram em suas pesquisas, ainda que indiretamente, da questão das drogas. Ainda, “Sociologia” (2016) trata-se da única obra que não mobiliza materiais cinematográficos como mecanismos de mediação pedagógica para abordar a temática.

Considerações Finais

Os livros didáticos de Sociologia escolar compõem um campo favorável tanto para a consolidação das Ciências Sociais como saber legítimo da Educação Básica quanto para a circulação e democratização de seus conhecimentos científicos. Por conseguinte, estes materiais são um “recurso valioso para a compreensão da dinâmica de constituição de um repertório estável de conceitos, autores, temas e problemas de determinada disciplina entre membros da sociedade em geral” (MEUCCI, 2014).

Portanto, o presente artigo buscou compreender como as obras pedagógicas de Ciências Sociais aprovadas pelo PNLD 2018 abordam um fenômeno estruturante da vida social, precisamente, a questão das drogas. Considera-se, assim, os usos de substâncias entorpecentes como fato transcultural e histórico, cujos sentidos são elaborados socialmente de acordo com os distintos contextos em que estão inseridos (BERGERON, 2012, p. 8-9).

Assim, os livros didáticos de Sociologia aprovados pelo PNLD 2018 abordam as drogas, em parte significativa das ocasiões, de maneira difusa e indireta, subsumida a temáticas mais consolidadas das Ciências Sociais, tais como violência, movimentos sociais, juventudes e grupos contraculturais. Apenas as obras “Sociologia para Jovens

do Século XXI” (2016) e “Sociologia em Movimento” (2016) apresentam seções exclusivas para uma discussão sobre substâncias entorpecentes e suas dimensões sociais. Nota-se, também, a hegemonia do discurso sociológico, em detrimento de perspectivas antropológicas e políticas, para tratar do objeto.

Em igual medida, fundamentos teóricos ancorados em autores das Ciências Sociais, clássicos ou contemporâneos, estão ausentes em porção considerável dos manuais, com exceção da publicação de Oliveira e Costa (2016), baseada nas reflexões de Loïc Wacquant; e da obra de Bomenyet *al.* (2013), assente nos escritos sobre narcotráfico de Alba Zaluar. Ainda que outras obras referenciem alguns autores nas passagens que tratam de substâncias psicoativas, o fazem de maneira indireta e alusiva, sem mobilizar aparatos categóricos profundos. A exposição de dados estatísticos que tratam desta questão também se limita a poucos livros didáticos, precisamente, “Sociologia para Jovens do Século XXI” e “Sociologia em Movimento”.

Ainda, o uso de exercícios sobre o fenômeno é igualmente incipiente, contabilizados uma vez na obra de Oliveira e Costa (2016) e outra na publicação de Motim, Bridi e Araújo (2016). Por outro lado, avulta-se que a questão das drogas é reincidentemente tratada por quase todos os livros, com exceção de um, em suas seções de indicações cinematográficas. Filmes nacionais, inclusive, compõem parte significativa destas recomendações, com destaque para “Cidade de Deus”, presente em dois manuais. Pode-se inferir que, na perspectiva dos autores, o melhor mecanismo didático-pedagógico para a abordagem das drogas pauta-se mais por instrumentos fílmicos de mediação da aprendizagem do que por arcabouços conceituais das Ciências Sociais.

Por fim, ainda que o PNL 2018 não estabeleça a questão das drogas como temática obrigatória para os livros de Sociologia, todos os materiais aprovados tratam deste objeto, mesmo que em níveis distintos. Contudo, uma abordagem mais sistematizada acerca deste fenômeno, pautada por paradigmas teóricos estáveis e investigações contemporâneas oriundas do crescente campo da Sociologia das drogas impõe-se enquanto objetivo a ser cumprido.

Assim, um dos grandes desafios das pesquisas sócio-culturais sobre drogas, irrigar o senso comum a partir de suas reflexões (BERGERON, 2012, p. 140), pode

ser enfrentado pela Sociologia escolar, especialmente se esta pretende mobilizar discussões democráticas, científicas e desnaturalizadoras sobre o mundo social.

Bibliografia

ARAÚJO, Silvia Maria; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde. *Sociologia*. São Paulo: Scipione, 2016.

BECKER, Howard. *Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERGERON, Henri. *Sociologia da droga*. Aparecida: Ideias e Letras, 2012.

BODART, Cristiano das Neves. O ensino de Sociologia para além do estranhamento e da desnaturalização: por uma percepção figuracional da realidade social. *Latitude*, v. 14, n. Esp., p. 139–160, jan. 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/11397/pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.

BODART, Cristiano das Neves. Um retrato das pesquisas sobre livros didáticos de Sociologia no Brasil. *Cadernos de Campo*, Araraquara, n. 31, p. 293-326, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/15311/12461>. Acesso em: 29 set. 2022.

BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): um estado da arte na pós-graduação. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 256-281, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/19500>. Acesso em: 29 set. 2022.

BOMENY, Helena; et al. *Tempos modernos, tempos de Sociologia*. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

BOWEN, Glenn. Document Analysis as a Qualitative Research Method. *Qualitative Research Journal*, v. 9, n. 2, p. 27-40. 2009. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.3316/QRJ0902027/full/html>. Acesso em: 16 fev. 2023.

BRASIL. *Edital de Convocação 04/2015 – CGPLI*. Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=39561-pnld-2018-edital-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 29 set. 2022.

BRASIL. *Edital de Convocação 03/2019 – CGPLI*. Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas, Literárias e Recursos Digitais para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático PNLD 2021. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais-edital-pnld-2021/EDITAL_PNLD_2021_CONSOLIDADO_13_RETIFICACAO_07.04.2021.pdf. Acesso em: 29 out. 2022.

BRASIL. *Orientações curriculares para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas tecnologias*, volume 3. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf. Acesso em: 12 out. 2022.

CARVALHO, Izabella; HANDFAS, Anita. Ensino de Sociologia: a constituição de um subcampo de pesquisa. *Em Tese*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 214-230, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2019v16n1p214/40133>. Acesso em: 29 set. 2022.

CRUZ, Olga; MACHADO, Carla. Consumo “não problemático” de drogas ilegais. *Revista Toxicodependências*, v. 16, n. 2, p. 39-47, 2010. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/49621/1/Cruz%20et%20al%202010_Co%20nsumo%20n%C3%A3o%20problem%C3%A1tico_toxicodependencias.pdf. Acesso em: 24 mar. 2023.

ENGERROFF, Ana Martina. *A Sociologia no Ensino Médio: a produção de sentidos para a disciplina através dos livros didáticos*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

ENGERROFF, Ana Martina; OLIVEIRA, Amurabi. Os sentidos da sociologia escolar nos livros didáticos no Brasil. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 15, n. 30, p. 215–240, 2018. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/9695>. Acesso em: 29 set. 2022.

ESCOHOTADO, Antonio. *Historia general de las drogas*. Madrid: Editorial Espasa, 2002.

FERREIRA, Vanessa; OLIVEIRA, Amurabi. O ensino de Sociologia como um campo (ou subcampo) científico. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 37, n. 1, p. 31-39, jan./jun. 2015. Disponível em: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/25623/pdf_41. Acesso em: 29 set. 2022.

GERRING, John. Mere description. *British Journal of Political Science*, v. 42, n. 4, p. 721-746, 2012. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/british-journal-of-political-science/article/abs/mere-description/833643C6242D3A45D48BAAC3EF0C33D0>. Acesso em: 12 out. 2022.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2007.

HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa. O estado da arte da produção científica sobre o ensino de Sociologia na educação básica. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 74, p. 43-59, 2012. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/373>. Acesso em: 29 set. 2022.

JINKINGS, Nise. Os processos de institucionalização da Sociologia no Segundo Grau (1972-1995). In: GONÇALVES, Danyelle; SILVA, Ileizi (Org.). *A Sociologia na Educação Básica*. São Paulo: Anablume, 2017. p. 35-56.

LIMA, Alexandre. A Sociologia nas matrizes curriculares do Ensino Médio e no Enem: temas, teorias e conceitos. In: GONÇALVES, Danyelle; SILVA, Ileizi (Org.). *A Sociologia na Educação Básica*. São Paulo: Anablume, 2017. p. 127-149.

MAÇAIRA, Julia Polessa. As três gerações de livros didáticos de Sociologia no Brasil (1920-2016). *Em Aberto*, Brasília, v. 34, n. 111, p. 93-111, mai./ago. 2021. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4916/4007>. Acesso em: 29 set. 2022.

MACHADO, Igor José; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso. *Sociologia hoje*. São Paulo: Ática, 2016.

MENDONÇA, SueliGuadalupe de Lima. Os processos de institucionalização da Sociologia no Ensino Médio (1996 - 2016). In: GONÇALVES, Danyelle; SILVA, Ileizi (Org.). *A Sociologia na Educação Básica*. São Paulo: Anablume, 2017. p. 57-75.

MEUCCI, Simone. Notas sobre o Pensamento Social brasileiro nos livros didáticos de Sociologia. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 2, n. 3, p. 209-232, jan/jun. 2014. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/96/45>. Acesso em: 29 set. 2022.

MEUCCI, Simone; BEZERRA, Rafael. Sociologia e Educação Básica: hipóteses sobre a dinâmica de produção de currículo. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 87-101, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/2420/1873>. Acesso em: 29 set. 2022.

OLIVEIRA, Amurabi. Revisitando a História do Ensino de Sociologia na Educação Básica. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 35, n. 2, p. 178-189, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/20222/pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.

OLIVEIRA; Luiz Fernandes; COSTA, Ricardo Cesar. *Sociologia para jovens do século XXI*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

SILVA, Afrânio; *et al.* *Sociologia em movimento*. São Paulo: Moderna, 2016.

SILVA, Regiane. *Livros didáticos de Sociologia do PNL D 2018: análises desde a desigualdade de gênero e uma proposta de unidade didática para formação docente*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais do Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

SOUZA, Diogo. A Sociologia no Programa Nacional do Livro Didático: autonomia, universalização e a construção da democracia no Brasil. In: GONÇALVES, Danyelle; SILVA, Ileizi (Org.). *A Sociologia na Educação Básica*. São Paulo: Anablume, 2017. p. 169-199.

VIEIRA, Tamara. A História e cultura africana em Sociologia: as religiões de matriz africana. *Revista RelegensThréskeia*, v. 9, n. 1, p. 161-180, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/relegens/article/view/74370>. Acesso em: 29 set. 2022.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

Recebido em: 16 fev. 2023

Aceito em: 24 mar. 2023